



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
COLÉGIO FAAP

Rua Alagoas, 903 - Fones: 826-9541/826-4233 ramal 40 - CEP 01242 - São Paulo - SP

O MUNDO ÁRABE SOB O SIGNO
DA MUDANÇA (1945-1980)

Segundo G. Barraclough, a História Contemporânea se caracteriza pelo fato de ser história mundial, ou seja, "as forças que lhe dão forma não podem ser compreendidas se não estivermos preparados para adotar perspectivas mundiais". Assim, a história não é contemporânea pelo fato de "estar" mais próxima de nós no tempo e, sim, pela perspectiva mais ampla de o historiador situar-se no presente para explicar as mudanças de estruturas que configuraram esse mesmo presente, dentro das quais se enquadra e se desenvolve a ação política (*Introdução a História Contemporânea*, Zahar Editores, 1966 pp. 12-42). Nessas condições, a escolha de uma data como ponto de partida de um conjunto de mudanças não passa de um artifício do expositor e ao elegermos o final da Segunda Guerra como marco, temos em mente realçar o caráter revolucionário das alterações que se operaram nas relações de poder entre o mundo capitalista (o imperialismo) e as áreas (Estados, nações, povos) subordinadas. Elas não ocorreram de súbito nem resultaram da ação de um fator único. As mudanças sociais resultam de fatores dinâmicos, múltiplos e complexos, historicamente determinados, que agem e interagem com intensidade diversa de ritmos e com direções variáveis.

Ao enfocarmos os Estados árabes no mundo contemporâneo, estaremos localizando alguns dos problemas mais importantes com os quais eles se deparam, cujas origens são muito remotas mas cuja explicação, teoricamente fundamentada, deve incorporar ao presente uma perspectiva histórica de longa duração, ou seja, o conjunto das estruturas socialmente geradas, bem como suas transformações no tempo e no espaço. Numa apresentação sumária, tal abordagem será necessariamente incompleta e parcial, já que é fundamental levar em conta os diversos níveis de análise (o político, o sócio-econômico, o cultural) bem como diferenciações internas nos diferentes países que são muitos anteriores à Guerra Mundial. Por outro lado, é importante, numa visão estrutural, focar as semelhanças, ou seja, as características que são comuns, no seu conjunto — como é o caso dos "países árabes", apesar das especificidades que lhes são próprias.

Se as raízes de tais semelhanças e diferenças são distantes e múltiplas, foi, no entanto, no pós-guerra que se patenteou, no nível das consciências coletivas, o grande fosso que separa ricos e pobres (entre países

e entre classes sociais), tornando obsoleta a persistência de metrópoles coloniais face a países e povos dominados. A supremacia do capitalismo como sistema social e encarado como único caminho possível de vencer o "atraso" (e, portanto, de atingir o desenvolvimento econômico); é posta à prova face ao ideal (já bem mais antigo) da igualdade entre os homens que se concretizava com a "opção socialista" (o exemplo da União Soviética) de vencer as barreiras da miséria social. Daí, a grande e profunda revolução do mundo contemporâneo, que ainda hoje se desenrola, consistir na emergência de massas humanas, centenas de milhões de seres humanos, obstinadas na ação coletiva, consciente e determinada, de mudar os sistemas de dominação e de tornarem-se elementos ponderáveis no processo de decisões do poder. Obviamente, a História resulta da ação continuada dos homens, dos grupos sociais. Em inúmeros outros momentos, explosões coletivas alteraram os rumos dos acontecimentos. Outras vezes, fracassaram. Mas o que se distingue, aqui, é o caráter mundial, num curto espaço de tempo, dessa emergência, como que provocando efeitos em cadeia extremamente velozes.*

A revolução industrial iniciada no século XVIII, prosseguindo até os dias de hoje, possibilitou a gran-

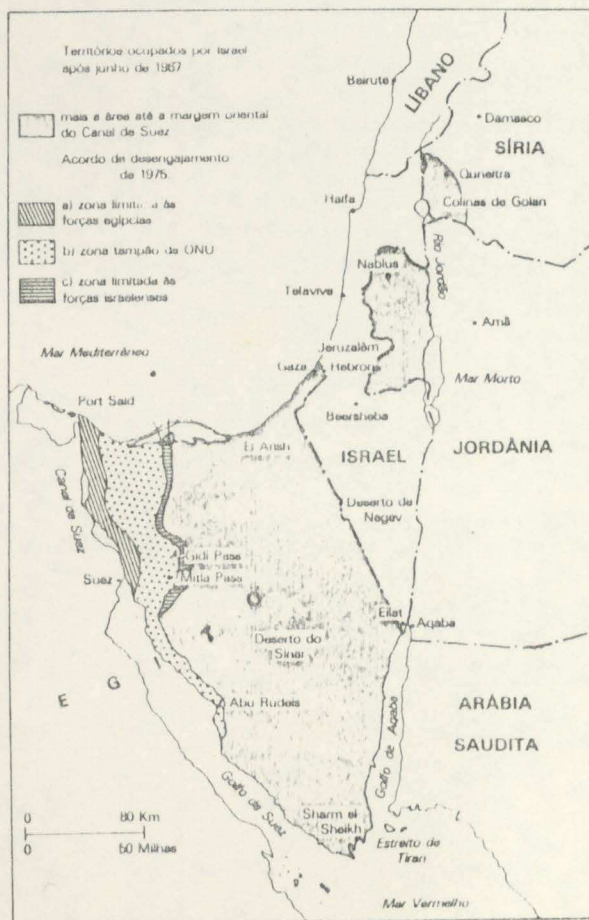
(*) V. o volume 3 desta coleção, *A Luta contra a Metrópole*, de Maria Yedda Linhares, para uma exposição mais pormenorizada dos efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre as economias capitalistas e a independência dos países da África e da Ásia.

de rapidez, e conseqüente eficiência, dos sistemas de comunicação, bem como da circulação das ideologias sociais. Nesse sentido, as distâncias encurtaram, as idéias se aproximaram, as tecnologias se refinaram, os grandes Estados se tornaram mais fortes e, contraditoriamente, mais vulneráveis. A Guerra de 1939-1945, bem mais do que o século XIX de Marx — o do capitalismo surgente e do imperialismo em construção — revelou na sua plenitude a era da história mundial. Os acontecimentos do Oriente Médio no pós-guerra serão, assim, caracterizados pelo impacto de mudanças em ritmo acelerado, sob a influência de fatores múltiplos relacionados com as conjunturas internacionais da "guerra fria" — conflitos de ordem ideológica e político-militar entre *capitalismo e socialismo* —, pelo declínio da Inglaterra como potência imperial e o ascenso da hegemonia norte-americana, pelo nacionalismo árabe e suas contradições internas face ao surgimento do Estado de Israel, pela aspiração de desenvolvimento econômico e social das populações oprimidas por regimes despóticos e retrógrados, pela extraordinária força que o petróleo adquiriu como poder de barganha e, finalmente, pela dinâmica do crescimento demográfico que acentua as desigualdades sociais e atua como fator de mudança política e econômica. Os países árabes de hoje, fracionados e divididos, resultam não apenas do mundo que Maomé criou mas, também, parafraseando Pierre George, do mundo que a Europa sonhara unificar, reservando para si os benefícios da industrialização ao longo de um século de imperia-

lismo (*Panorama du Monde Actuel*, Paris, PUF, Magellan, 3ª ed., 1978, p. 209.)

A falência da Liga Árabe ou a vitória do sionismo

Vários são os fatores que apontam para a fragilidade do pacto entre os Estados árabes assinados no Cairo em março de 1945. A liderança egípcia, por ser o Egito o mais populoso e "moderno" dos países árabes, defrontava-se com dois obstáculos insuperáveis: a tutela britânica e a desconfiança das dinastias hachemita e saudita, também rivais entre si, face às aspirações "faraônicas" do rei Faruk. Para esses árabes, a Liga era um mero instrumento de barganha política no sentido de obter da Grã-Bretanha a revisão do tratado de 1936 nas cláusulas relativas à defesa do Canal de Suez e à unidade do Vale do Nilo pela união do Sudão à coroa egípcia. Os hachemitas tiveram o desejo de fundir num único estado o Iraque, a Síria, o Líbano e a Transjordânia com o apoio britânico, mas encontraram pela frente a oposição da Arábia de Ibn Saud e do Egito que temiam a constituição de um Estado forte demasiadamente submisso ao Ocidente. Foi, porém, a questão da Palestina que pôs à prova de fogo a solidariedade árabe, oficialmente apregoada no texto da Liga e nas manifestações de rua. A evolução do problema sionista permitiu desnudar as contradições inerentes ao embrião



Relações árabe-israelenses após 1967. (T. G. Fraser, *The Middle East, 1914-1979*, Londres, 1980, p. XVIII.)



de uma confederação de Estados árabes.

A Segunda Guerra Mundial teve conseqüências especialmente profundas no Oriente Médio. A política de Roosevelt revelara-se ao mesmo tempo simpática ao sionismo e interessada no petróleo da Arábia. A Ibn Saud, em 1945, prometera não ser hostil aos árabes na sua luta contra os judeus e, em troca, fortaleceu o monopólio da companhia americana de petróleo aí instalada (ARAMCO). Entravam, assim, os americanos como mais um fator de complicação no Oriente Médio. No decorrer do conflito mundial, os líderes sionistas em Londres tentaram obter uma revisão do *White Paper* de 1939 e a admissão de 100.000 judeus na Palestina, ressaltando-se que, nesse período, assumiu proporções dramáticas a entrada clandestina de judeus foragidos ao nazismo, apesar do bloqueio britânico. Em 1945, com o Partido Trabalhista no poder, os ingleses viram-se diante de um dilema: como permitir a imigração maciça de judeus na Palestina sem afetar os direitos da população árabe aí instalada de longa data (os palestinos representavam, então, dois terços da população total). No entanto, a política de Harry Truman, sucessor de Roosevelt, foi no sentido de favorecer a exigência sionista e o Congresso americano votou uma resolução de tornar irrestrita a imigração judaica na Palestina, subordinada à capacidade de absorção pelo país. Ao mesmo tempo, organizavam-se forças irregulares sionistas, com o emprego de instrumentos terroristas de luta e garantindo a imigração clandestina. Um dos mais conhecidos episódios desses ban-

dos armados e altamente treinados foi a explosão do King David Hotel em Jerusalém, que abrigava serviços militares britânicos. Simultaneamente, a Liga Árabe tentava mobilizar recursos e a opinião pública em apoio à causa dos palestinos árabes. O resultado foi a criação de uma Comissão especial da ONU para a Palestina, em 1947, que recomendou no relatório final a sua partilha entre dois futuros estados, o árabe e o judeu, ficando Jerusalém e seus arredores sob controle internacional.

O apoio americano foi total ao plano, sendo igualmente total a recusa árabe ao mesmo. Os ingleses negaram-se a aceitar a tarefa de implementar a partilha e, em contrapartida, anunciaram o fim do seu mandato na região para 15 de maio de 1948. Acirra-se o clima de hostilidade entre árabes e judeus, com a ação de organizações sionistas bem armadas e eficientes e grupos de voluntários provenientes sobretudo da Síria, face às pobres massas de palestinos aterrorizados que abandonavam suas aldeias e vilas ou eram massacrados. Antes do término do mandato, Haifa e Jaffa caíram nas mãos dos sionistas, de modo que, no dia em que as últimas tropas inglesas deixaram o país, os sionistas proclamaram o Estado de Israel — 14 de maio de 1948. Imediatamente os Estados Unidos e a União Soviética reconheceram o novo Estado e os exércitos regulares da Síria, Transjordânia, Iraque e Egito entraram desordenadamente na Palestina em apoio aos árabes ameaçados. Apesar da evidente superioridade técnica dos israelenses, a guerra estendeu-se até ja-

neiro de 1949 e foi concluído um armistício em julho. Nesse momento, Israel já abrangia 80% do território do antigo mandato palestino e o número de árabes fora reduzido de 750.000, aproximadamente, para 165.000. Começara a diáspora do povo palestino e seu longo martírio. Dos 20% restantes da Palestina árabe, a parte semidesértica de Gaza ficou sob a administração egípcia e uma parte da margem ocidental do Jordão, incluindo a velha Jerusalém, foi anexada à Transjordânia em 1950, apesar da oposição de outros Estados árabes, para constituir o reino hachemita da Jordânia, com reconhecimento internacional nessa data.

Na discussão das cláusulas do armistício, os israelenses, contando com integral apoio americano, mostraram-se implacáveis nas suas reivindicações territoriais, cumprindo destacar-se o assassinato pelo grupo terrorista Stern do mediador enviado pela ONU, conde Bernadotte, que propusera uma solução conciliatória na questão das novas fronteiras. A intransigência israelense na defesa do que os sionistas consideram seus direitos — na realidade, direitos de conquista — contribuiu desse momento em diante para alienar boa parte da opinião pública mundial da causa de Israel, fazendo-a esquecer a simpatia que o povo judeu despertara nas mentes esclarecidas e o justo sentimento de repulsa às atrocidades cometidas pelo nazismo.

Na realidade, o grande perdedor foi o povo palestino, desenraizado e expropriado daí por diante. No fundo, a Liga Árabe mal passava de uma colcha

de retalhos e jamais chegou a um acordo quanto à forma de atuação face a Israel, mesmo desde o plano de partilha de novembro de 1947. Enquanto o Iraque propunha medidas econômicas drásticas contra o Ocidente, Ibn Saud, fiel à companhia americana de petróleo, exigia uma política de colaboração, o Egito debatia-se numa agitação nacionalista estéril e defendia a guerra contra o sionismo quer para manter sua liderança no mundo árabe quer para desviar a opinião pública de seus angustiantes problemas internos. Assim se fez a guerra contra Israel, em meio à desunião, como livres atiradores numa Terra Santa que era defendida a ferro e fogo por israelenses unidos e coesos, armados (inclusive com armas tchecas) e bem treinados. A vitória do sionismo foi a primeira grande derrota do arabismo. A pequena Transjordânia, com seus poucos mais de 500.000 habitantes, sem representação junto à ONU, era mal vista por seus irmãos árabes. Seu desejo de apossar-se da Palestina representava a única oportunidade de alcançar não apenas o Mediterrâneo, mas o território sírio-libanês, velha aspiração hachemita. Tal objetivo era execrável ao Egito e à Arábia Saudita, que preferiram colocar à frente de uma possível Palestina árabe aquele notório Mufti de Jerusalém, Hajd Amin al-Husseini, célebre entre outras coisas por sua colaboração com os nazistas durante a guerra. Esse mesmo Husseini, membro do Conselho da Liga, como representante palestino, residia no Egito e era influente na atuação dos Irmãos Muçulmanos. Enquanto isso, uma parte da oficialidade egípcia tor-



nava-se consciente da corrupção que grassava no país e no exército, destacando-se desde logo as figuras do general Mohamed Naguib, do major Abdul Nasser e do coronel Ahmed Abdul Aziz, este, morto em combate na Palestina como herói. Desiludidas com a incompetência reinante no seu país, coube a essa oficialidade um papel de extraordinário relevo nos acontecimentos que culminaram, em 1952, na queda da dinastia de Mohamed Ali e seu último e triste descendente, o rei Faruk. Para eles, os bodes expiatórios da miséria do povo egípcio e dos vergonhosos fracassos militares na Palestina não eram mais exclusivamente o sionismo distante ou o soldado inglês em Suez ou no Sudão, mas, também, e acima de tudo, a extrema corrupção de seus dirigentes, com seu nacionalismo de fachada, tonitroante e incapaz, as desigualdades sociais, a dependência econômica. Para eles, antes de qualquer outra tarefa, era preciso redimir o Egito, torná-lo forte e unido.

A nova revolta árabe

Na Síria

A derrota militar teve aí efeitos imediatos. Um golpe de Estado presidido pelo Coronel Husni Zaim aboliu o regime parlamentar de inspiração ocidental e anunciou profundas reformas com o objetivo de erradicar a corrupção interna. Era apenas o início de

uma tendência no sentido de tornar o exército a personificação do Estado, no qual o pluripartidarismo perde a sua razão de ser, acelerando-se a marcha para o autoritarismo associado à prática do *putsch* militar. Entre 1949 e 1970, verificaram-se mais de dez intervenções militares na vida política da Síria, sempre em nome da unidade árabe, ora defendendo uma aproximação com o Egito por uma imposição de política externa, ora "socialista", sob a direção do *Baas* (Partido Socialista da Ressurreição Árabe, fundado em 1943), com suas inúmeras facções e quase sempre distanciado das massas populares. Anticomunista e antimarxista, o socialismo do Baas teve em Michel Aflak o seu teórico. Fundado nos princípios da unidade e da igualdade, objetiva levar a nação árabe a cumprir a sua *missão histórica*, libertando-a de toda e qualquer dominação estrangeira. Suas ramificações se estenderam ao Iraque, Jordânia, Líbano, Norte da África, Iêmen do Sul e Aden, e encontraram boa acolhida entre as gerações jovens. Mas, apesar de planos e programas, nos quais por momentos transparece o "extremismo verbal", continua a Síria sendo um país fundamentalmente agrícola e pobre, com um pequeno setor industrial (petróleo, eletricidade, fertilizantes) em boa parte estatizado, embora tenham sido positivos os projetos de desenvolvimento no Eufrates. Mas é no plano político e nas suas relações com Israel que o país se apresenta mais vulnerável.

No Egito

A situação evoluiu aqui mais lentamente, enquanto se deteriorava o sistema político cujos surtos de popularidade ficavam ao sabor das agitações nacionalistas antibritânicas. Foi no auge de uma dessas crises em torno do Canal de Suez e do Sudão que um grupo de Oficiais Livres, apoiados nos Irmãos Muçulmanos, depôs Faruk e com eles Nahas Paxá e seu já decrépito Wafd, assim como o regime parlamentar de tipo ocidental (23/26 de julho de 1952). A situação econômica e social do país era particularmente grave. Em torno da monarquia agrupavam-se os grandes proprietários de terra e uma burguesia urbana detentora de riquezas e prestígio. No outro pólo da pirâmide social, situavam-se os camponeses, a imensa maioria dos extremamente pobres, enquanto nas cidades, como Cairo e Alexandria, aglomeravam-se as massas de desempregados e subempregados pressionados pela alta dos preços. A população crescia em ritmo acelerado (2% ao ano): em 1882 atribuíam-se ao Egito perto de 7,5 milhões de habitantes; em 1937, cerca de 16 milhões (em 1975, atingiria os 37 milhões, o que corresponde a um acréscimo médio anual de 700.000 habitantes). Impunham-se, assim, reformas capazes de mudar as estruturas sociais, de modo a permitir uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico através de uma política de investimentos a longo prazo, subordinada às exigências das pressões sociais, sem alienação dos recursos nacionais. Em suma, tratava-se de encontrar um novo caminho para o desenvolvimento do Egito.

Em 18 de junho de 1953, foi proclamada a República sob a presidência do general Naguib, cuja integridade moral e cujas raízes (origem sudanesa) justificavam o prestígio que desfrutava interna e externamente. Mas coube a um jovem oficial, Gamal Abdul Nasser, a verdadeira liderança do movimento. Como Arabi, Zaglul e Naguib, era um autêntico egípcio nilótico. Sua família de origem camponesa do Alto Nilo não gozava de privilégios nem de favores dos grupos dominantes. Por sua formação e origem social, Nasser era o protótipo do jovem oficial "classe média" que emergia nos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, atribuindo-se a missão de regenerar e modernizar o seu país. Físico atraente, modos reservados e dotes oratórios fizeram dele um verdadeiro ídolo das massas. Em outubro de 1954, substituiu Naguib na chefia do Governo e permaneceu como líder incontestado do país até sua morte, em 1970, aos 52 anos de idade.

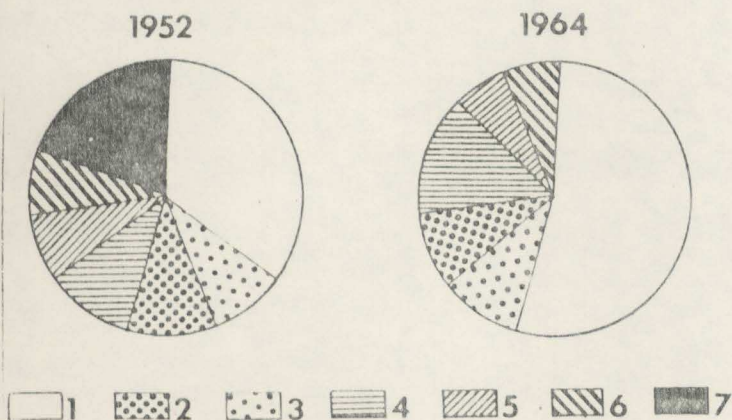
A reforma agrária

O ponto fundamental do regime nasserista foi a iniciativa de modernizar o campo e realizar a reforma agrária, medida pioneira no Oriente Médio. Em 1952, menos de meio por cento dos proprietários rurais possuía mais de um terço das áreas cultiváveis do país, enquanto 72 por cento dos agricultores não chegavam a dispor de um *feddan* (cerca de meio hec-



areal de terra; 22 milhões de egípcios se concentravam nos 35 000 km² do vale do Nilo, o que correspondia a menos de um trigésimo da superfície total do país. Antes da introdução da cultura algodoeira, predominava o costume do uso comunitário da terra, ora pelas coletividades locais ora pelos grandes magnatas. "A apropriação do solo se fez sob a forma de verdadeiras *plantations* coloniais reservadas às culturas industriais", originando uma nova classe latifundista, irredutível na defesa de seus privilégios, que se caracterizaria pelo absenteísmo, o luxo ostensivo, o baixo nível dos investimentos agrícolas (Jean le Coz, *Les Réformes Agraires*, Paris, PUF, Magellan, 1974, pp. 184-185). Ao lado de um milhão de pequenos produtores, 5 milhões de pessoas, com suas famílias, representavam a massa proletarizada, dos quais a maioria era excluída do mercado de trabalho. A reforma de Nasser consistiu nos seguintes pontos principais: 1) limitar o imóvel rural a 200 feddans; 2) redistribuir as terras confiscadas entre as famílias camponesas (*fellahin*) em lotes de dois a cinco feddans (a pequenez dos lotes se justifica pela fertilidade do vale do Nilo); 3) limitar as rendas cobradas pelo proprietário ao agricultor (rendeiro). No saldo final, embora modesta nos seus resultados, a reforma permitiu reduzir drasticamente o poder político dos grandes proprietários, iniciar um regime fundiário mais equitativo e aumentar a produção agrícola. Pela lei de 25 de julho de 1961, o limite da propriedade individual foi estabelecido em 100 feddans (mais 100 feddans por dois filhos menores) e em 1970 tal limite

seria aplicável a cada família. A representação gráfica abaixo ilustra melhor os resultados desse processo em marcha:



Distribuição da propriedade no Egito antes e depois da reforma agrária. 1 — menos de 5 feddans; 2 — de 5 a 10; 3 — de 10 a 20; 4 — de 20 a 50; 5 — de 50 a 100; 6 — de 100 a 200; 7 — mais de 200. (Jean le Coz, op. cit., cf. E. Grienig, *Landreform verändert Klassenstruktur in der V. A. R.*, Deutsche Außenpolitik, 1967, 9, p. 1113.)

Na retórica nasserista, ressaltava-se a variante árabe de socialismo que "recusa o coletivismo e exalta a propriedade privada", segundo o já citado Jean Coz, propósitos esses claramente expostos nos textos oficiais.

Transformações econômicas e políticas

Tratava-se para o novo regime de aumentar a produção de alimentos, num país dominado pela monocultura do algodão; ampliar as áreas irrigadas, implantar uma indústria de base (ferro e aço), ampliar o mercado de trabalho, criando mais empregos, em suma, adotar medidas que fizessem dobrar o produto nacional ao final de dez anos. A escassez de fontes energéticas tornava ainda mais difícil a execução dessas tarefas. Daí, em parte, o papel do Estado como planejador e executor, ao qual se atribui sempre o adjetivo *socialista* (nacionalização de grandes empresas). Ao mesmo tempo, tratava-se de aparelhar o exército para o cumprimento de suas novas tarefas.

Internamente, o regime procurou, acima de tudo, realizar a unidade nacional, o que conseguiu pela destruição sistemática da oposição, inclusive a dos antigos associados, os Irmãos Muçulmanos. Daí por diante, ao desenvolver a teoria dos três círculos (o árabe, o africano e o muçulmano), competiria ao Egito exercer sua influência nessas direções no sentido de libertar os povos da dominação ocidental. Em *A Filosofia da Revolução* (1954), dizia Nasser: "... somos os guardiões do portão norte-oriental do continente (africano) e constituímos o elo entre a África e o mundo exterior". Não foi sem razão que Nasser se transformou no mais temido, e talvez odiado, líder do Terceiro Mundo por parte das potências imperialistas, sobretudo a Inglaterra conser-

vadora de Anthony Eden e os Estados Unidos de Foster Dulles.

As soluções das questões pendentes

O comparecimento de Nasser à Conferência de Bandung (abril de 1955), na Indonésia, que reuniu cerca de 30 países do mundo afro-asiático, foi decisivo para uma tomada de posição neutralista (neutralismo positivo) face à "guerra fria". Ao se pronunciar contra o imperialismo e o colonialismo e, ao mesmo tempo, ao preconizar liberdade de ação no plano internacional, atingia plenamente dois objetivos: 1) obter o apoio entusiasta de sua opinião pública e a dos países árabes (mesmo dos recalcitrantes Iraque, Arábia Saudita e Iêmen); 2) encontrar uma alternativa no bloco comunista para aquisição de armamentos e equipamentos. Em contrapartida, os Estados Unidos anunciam a sua decisão de não mais contribuir para os planos de desenvolvimento de Nasser (a construção da barragem de Assuã: eletrificação e irrigação). Nasser respondeu nacionalizando o canal de Suez (26 de julho de 1956), sob protestos veementes das potências (EUA, França, Inglaterra). Nesse momento, Israel, temendo o poder crescente do Egito e sempre sob a mira dos "comandos" árabes (incursões periódicas no território israelense), resolveu reivindicar o direito de passagem pelo Suez (o que não deixa de ser o pretexto para uma guerra preventiva contra o Egito). Os resultados foram desastrosos para a economia egípcia. Israel teve a



iniciativa do ataque e a intervenção armada franco-inglesa não se fez esperar, causando grandes estragos materiais ao Egito (bombardeiro do Cairo) e ao canal, que foi obstruído pelos egípcios em desespero. A Síria, em apoio a Nasser, destruiu os *pipelines* no seu território e as estações de bombeamento de petróleo, enquanto tropas de Israel ocupavam o Sinai. Mas a vitória moral coube a Nasser que, além de aumentar o seu prestígio junto à opinião pública árabe e do Terceiro-Mundo, apoderou-se da base de Suez (e seus equipamentos), nacionalizou propriedades e interesses franceses e ingleses no país, liquidando, para sempre, com um passado de influência e domínio europeus.

No plano internacional, a alternativa egípcia, apesar de anticomunista internamente, demonstrou ser a União Soviética, cuja orientação em política externa começava a mudar após a morte de Stalin (1953). Krushev, como Lenin, acreditava que as "burguesias nacionais" do Terceiro Mundo, mais do que os PCs internos, eram fundamentais na estratégia do socialismo.

Com relação aos Estados árabes, Nasser tinha pela frente governantes enfeudados à estratégia americana, então no apogeu da orientação de Foster Dulles. Procurou este neutralizar a popularidade crescente do Egito, fortalecendo regimes como o de Nuri Said do Iraque, que se notabilizara pela sua adesão ao Pacto do Atlântico e do Sudeste Asiático (Pacto de Bagdá, 1955, Turquia e Paquistão). A política de Nuri Said provou ser fatal à sobrevivência

da monarquia hachemita, cujos últimos descendentes iraquianos (Fayçal II e o príncipe herdeiro) foram massacrados, com o próprio primeiro-ministro, em consequência do golpe militar de 1958, que elevou ao poder o general Abdul Kassem, pró-comunista, e cujo regime se estendeu até 1963. Nasser teria que esperar a queda de Kassem, quando sobe ao poder o partido Baas, para tentar estabelecer, sem grande sucesso, laços de cooperação com o Iraque. Mas aí, a situação interna se torna bastante complexa em função do grande papel que é exercido pelo petróleo.

Quanto às relações do Egito com a Arábia Saudita, destaque-se o súbito mar de ouro (dólares ainda conversíveis) que começou a afogar a velha e até então monarquia wahabita, em função do petróleo e do seu poder de corrupção. A morte de Ibn Saud e a sucessão de seu filho não contribuíram para melhorar a imagem que já se fazia de magnatas autocratas e *nouveaux riches*, extravagantes e pouco obedientes aos ensinamentos do Corão quanto à modéstia e à sobriedade. Quanto ao Koweit, com reduzida população (cerca de 200 000 habitantes), apesar dos excessos de seus dignitários, não resta dúvida de que o petróleo chegou a melhorar consideravelmente a condição de vida de seus habitantes. De qualquer forma, o nacionalismo nasserista e a sua política anti-Ocidente despertavam relutâncias. Já a Jordânia se mostrava mais vulnerável à influência egípcia. Em 1953, Hussein, neto de Abdala (assassinado em Jerusalém) assumiu o trono no qual se mantém precariamente graças à ajuda americana e britânica. Mas, forçado

pela tendência nacionalista e anti-sionista, mostra-se ora vacilante, ora submisso. Com o extermínio dos hachemitas do Iraque (1958), sente-se isolado na luta aberta contra os chamados regimes árabes progressistas e contra o movimento palestino (OLP, Organização pela Libertação da Palestina, 1963) e somente em 1967 tentou uma espetacular reaproximação com Nasser. Foi a Síria, no entanto, o principal foco de tensão no Oriente Médio na fase da *guerra fria*, disputada entre soviéticos e norte-americanos, em virtude de sua excepcional posição estratégica, com sérias repercussões na vida de suas sofridas populações. Em 1958 (fevereiro) os baasistas no poder e Nasser firmaram um tratado de união — a República Árabe Unida (RAU). Dessa forma, comenta um analista, "os baasistas esperavam governar a Síria enquanto o prestígio do guarda-chuva de Nasser protegia o país da dominação de qualquer uma das grandes potências" (Peter Mansfield, *The Arabs*, Londres, Penguin Books, 1981, p. 308). A RAU foi extinta em 1961 e, em 1971, a Síria reaproximou-se do Egito aderindo à União das Repúblicas Árabes (Egito, Sudão, Líbia).

Quanto ao Líbano, sua situação era bastante complexa. Procurando manter sua *identidade* face aos nacionalismos reinantes (Baas e nasserismo) e à agitação causada pela questão palestina, enfrentou um período de guerra civil (1958) que opunha facções "árabes" e facções "ocidentais" (estas representadas pelo então presidente Chamoun). Pretendia ser uma espécie de *Suíça* implantada num Oriente Médio

convulsionado, julgando poder escolher livremente o seu próprio caminho de desenvolvimento. Mas sucessivas agressões israelenses, a entrada maciça de refugiados palestinos, a presença de sua burguesia comercial e financeira, a complexidade de sua formação étnica são apenas alguns dos elementos que compõem o quadro de um pequeno país dividido pela guerra civil, de forma quase ininterrupta e extremamente destruidora, a partir de 1970.

A influência do nasserismo estendeu-se até ao próprio Iêmen (do Norte) que, em 1962, se proclamou República Árabe do Iêmen, com 5 milhões de habitantes e 195 000 km², tendo Sana como capital, a 2 000 m de altitude. Arquiconservador, autoritário e tradicionalista, procurou, assim mesmo, sob a chefia do Imã Ahmed, uma aproximação com o Egito de Nasser. Também aí chegaram os "coronéis" modernizadores (1962) e transformaram a face do país, introduzindo uma orientação neutralista e tentando resistir às pressões conservadoras exercidas pelos sauditas. Já o Iêmen do Sul, como República Democrática e Popular (1967) emergiu após uma longa guerra de libertação nacional, mantendo-se inconformado com a divisão do Norte. Como bastião do radicalismo nacionalista, apresentou-se desde o início com marcadas tendências de esquerda, apoiadas numa ampla frente popular, o que constitui, sem dúvida, um fato extraordinário no mundo árabe contemporâneo.



O saldo do nasserismo

Uma das vitórias de Nasser foi a independência do Sudão (1º de janeiro, 1956), mas que logo se revelou ser uma simples vitória de Pirro. Por um lado, os ingleses obtiveram vantajosos acordos econômicos com a nova república e, por outro, os egípcios perderam a oportunidade de vir a controlar, de uma vez por todas, o curso superior do Nilo. Na realidade, o Sudão é a fronteira entre a África negra e o mundo árabe. No tocante ao Egito, Nasser mudou a face do país e no tocante ao restante do Norte da África, como veremos a seguir, sua influência foi decisiva, também para desespero de um outro imperialismo, o francês. No entanto, a sua grande derrota ocorreu em 1967, na chamada "guerra dos seis dias" contra Israel que, mais uma vez, revelou a falácia do arabismo e comprovou a superioridade militar dos israelenses. O canal de Suez assediado por ambos os lados foi literalmente obstruído e fechado à navegação (reaberto em 1975). A derrota árabe foi desmoralizante para Nasser, acarretando consequências catastróficas (econômicas, sociais e políticas) para o Egito. O ano de 1968 caracterizou-se por uma brutal repressão policial em meio a manifestações populares e operárias, num clima geral de insatisfação. Ao mesmo tempo, foram retomadas as negociações pan-árabes e reafirmadas as juras de ódio a Israel. A morte repentina de Nasser (setembro de 1970) elevou à chefia do governo o então vice-presidente Anwar

al-Sadate. No interior, o regime endurece, mas, em política, Sadate mostra-se mais prudente e menos espetacular do que Nasser. Para surpresa geral, irrompeu uma nova guerra contra Israel (Yom Kippur), em 1973, que, pela primeira vez, revelou extrema eficiência das forças árabes em combate e da organização dos Estados árabes contra os simpatizantes de Israel (suspensão do fornecimento de petróleo, por exemplo). Para o Egito, estava salva a honra e daí por diante Sadate reformulou a política nasserista: reaproximação com os Estados Unidos e aproximação com Israel. Tratava-se para o Egito de uma questão vital: a paz, único caminho pelo qual seu povo poderia tentar reconstruir o país e erguer uma sociedade mais justa.

O Maghreb: árabes e berberes buscam sua identidade

A França, como potência imperial, conseguira manter os três países norte-africanos, Tunísia, Argélia e Marrocos, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, bem distantes dos tumultos dos árabes do Oriente. Mas também nesses seus resguardados domínios sopraram os ventos do nacionalismo e da revolta contra o Ocidente.

Terra dos árabes do Ocidente — o Maghreb — é também terra dos berberes, cuja origem parece mis-

teriosa, mas cuja presença na História data de mais de três milênios. Na expressão de Pierre George, a miséria é o seu fado comum, embora profundas sejam as suas diferenciações internas, ditadas pela História. Estendendo-se entre o golfo de Gabes e o Oceano Atlântico, sobre 2000 km de leste a oeste e 350 km de norte a sul, o Maghreb se caracteriza por uma geografia acidentada, com suas montanhas recortadas de pequenas planícies e seus planaltos elevados, penetrando do Saara: 20 milhões de camponeses, 40 milhões de habitantes sobre 20 milhões de hectares cultivados (Pierre George, *Panorama du Monde Actuel*, op. cit., pp. 146 ss). Acrescentem-se a um quadro agrícola marcado pela pobreza dos solos e a aridez do clima, 50 milhões de ha de pastagens que, por sua qualidade inferior, não chegam a suprir as necessidades de seus rebanhos raquíticos. São aí freqüentes as migrações de populações, tanto nos grupos pastoris quanto nas regiões de atividades sedentárias, impostas tais migrações pela inclemência da seca e pelo próprio sistema social vigente. Aí vivem comunidades berberes e árabes desde a invasão muçulmana, que levou um século para subjugar as populações locais (sécs. VII-VIII); os primeiros, pobres agricultores, diferiam dos segundos cujas atividades estiveram, historicamente, mais centradas no pastoreio, no comércio, no artesanato urbano e na burocracia.

Pouco ou quase nada se conhece das origens dos berberes entre os quais se encontram tipos físicos bem diversos dos árabes semitas: muitos são altos, esbeltos, louros de olhos azuis. Por aí passaram fenícios (a partir de 1200 a.C.) que fundaram Cartago (Tunísia), depois vieram os romanos, mais tarde vândalos e bizantinos e, por fim, os cristãos latinos, que cristianizaram e latinizaram a região do litoral (por exemplo: Santo Agostinho). Com a chegada dos árabes, iniciou-se um longo processo de islamização e arabização da Berbéria, que teve entre seus expoentes intelectuais a figura ímpar de Ibn Khaldun (séc. XIV) e cujo feito mais notável foi a conquista e colonização da Espanha visigótica. É interessante observar que nesse remoto VIII século os judeus da Península acolheram árabes e berberes como libertadores. Até o século XI, o Norte da África, com árabes (até então uma minoria) e berberes (e remanescentes das fusões étnicas anteriores) parece ter vivido momentos de esplendor, quando então se deu a segunda invasão árabe chefiada pelos beduínos de Beni Hilal e Benin Sulaim do alto Egito. Ao acreditar em Ibn Khaldun, foi extremamente destruidora essa invasão dos beduínos com seus velozes camelos, dando início a um prolongado período de declínio do qual os berberes jamais se recuperaram (exemplo: a destruição completa do existente sistema de irrigação herdado dos romanos). Apenas na parte oriental da Argélia e na Tunísia, graças à imigração de muçulmanos da Andaluzia (Espanha) pôde sobreviver o antigo e próspero sistema de agricultura que prevalecia no Mediterrâneo. A partir desse momento, ficaram os berberes, preservando língua e costumes, concentrados nas montanhas do interior, densamente povoadas,



pobres e áridas, enquanto que as férteis planícies do litoral, como os planaltos interiores, paradoxalmente subpovoadas, ficaram como domínio de pastores árabes ou arabizados, resultantes da invasão hilaliana. Com os Tempos Modernos, portugueses e espanhóis levaram seu novo espírito cruzadista até o Norte da África, cuja resposta consistiu em atacar sistematicamente os navios "cristãos" em águas do Mediterrâneo, daí a origem dos corsários e a denominação do litoral africano como "costa bárbara" (de berbere) ou "dos piratas". Com o Império Otomano, o Marrocos preservou, na prática, a sua independência e foram criadas três regências: Argel, Túnis e Trípoli, essencialmente cidades marítimas, vivendo do comércio e da pirataria. A situação só se alteraria substancialmente no século XIX, quando os franceses aí se instalaram (a partir de 1830, em Argel, e mais tarde na Tunísia e no Marrocos). Como os conquistadores anteriores, também esses enfrentaram uma feroz resistência dos berberes.

Do grande grupo lingüístico berbere, três são as variações dialetais repartidas por regiões: 1) zeneta (ou zenata), os que mais sofreram a influência dos hilalianos, fortemente arabizados e historicamente nômades (Líbia, Tunísia, pequenos grupos marroquinos do Rif, médio Atlas setentrional, fronteira da Argélia); 2) masmda (maçmoûda) abrangendo algumas comunidades sedentárias do Marrocos (inclusive nos confins saarianos); 3) sanhadja, extremamente importantes na Argélia onde se destacam os kabilas. Para o colonizador francês, segundo o qual

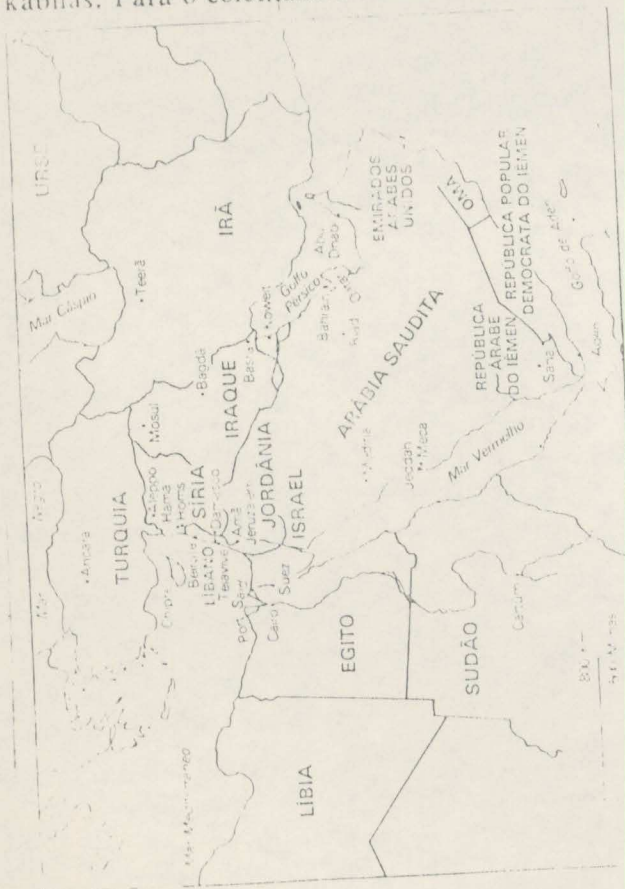
todos eram "árabes", não foi fácil encontrar um *modus vivendi*, sobretudo no caso da Argélia, cuja colonização se fez pela implantação de fortes contingentes de colonos franceses agricultores. A primeira grande resistência à ocupação pela França partiu do emir Abd El-Kader (vencida em 1847), seguida de grandes rebeliões kabilas, uma em 1871 e outra em 1945. A França não apenas introduziu a cultura francesa como também se apropriou das melhores terras do país. Daí as dificuldades que enfrentou no momento em que se viu forçada a ceder a independência à Argélia após uma longa guerra (1956-1962). Diferentemente da Tunísia e do Marrocos, a presença de franceses argelinos (os *pieds noirs*) foi um elemento fundamental na guerra pela libertação. Não há dúvida de que os franceses transformaram Argel numa bela cidade e introduziram uma agricultura altamente competitiva. Em suas escolas de excelente qualidade foram formadas gerações de argelinos, entre os quais os líderes que deveriam libertar o país da própria dominação francesa.

O que ocorreu com a Tunísia assemelha-se ao caso egípcio. A intervenção francesa contra o bey de Túnis deveu-se, oficialmente, a uma cobrança de dívidas. Mas a presença francesa aí sempre se deparou com fortes resistências locais. Quanto ao Marrocos, um império nominal mas, na realidade, uma tênue associação de cidades árabes e tribos berberes, cobijado por alemães, ingleses, franceses e espanhóis, foi alvo de intensas rivalidades diplomáticas até que, em 1912, oficializou-se o protetorado francês. Violenta e

imediate foi a reação em Fez, assim como no Atlas central, o que impôs à França uma ação militar "pacificadora" contínua. Um dos mais recalcitrantes opositores (berbere de origem) da dominação francesa foi Abdel Krim cuja revolta (no Rif) teve início em 1923.

Resta o território intermediário (entre o Nilo e a Berberia) — a Líbia (Tripolitânia), cobiçada pela Itália, que também aspirava dominar a Tunísia. É interessante observar que já em 1911 nacionalistas egípcios e tunisianos lutaram contra a invasão italiana na Líbia. Somente em 1928, as tropas fascistas de Graziani conseguiram vencer a resistência árabe na Cirenaica (sempre insurrecta) e ocupar a totalidade do país, conquista difícil que resultou no massacre da metade dessa brava população. Foi, no entanto, a Tunísia que teve a primazia da primeira organização nacionalista militante — o Destour (Destour, isto é, "constituição") que ressurgiu em 1934 como Neo-Destour, cujos dirigentes eram intelectuais graduados nas universidades francesas. Alguns analistas atribuem a essa circunstância e à existência de uma forte burguesia local o caráter conservador do nacionalismo tunisiano. Quanto à Argélia, a política francesa de "assimilação" retardou a formação de grupos nacionalistas aguerridos. Talvez isso também explique a adesão tardia do Maghreb à causa do arabismo.

O advento de Nasser e de seus Oficiais Livres, com a missão regeneradora, foi decisivo na alteração do quadro político do Maghreb. Apesar da resis-



O Oriente Médio em 1974. (T. G. Fraser, The Middle East, 1914-1979, Londres, 1980, p. XVI.)



tência da poderosa colônia francesa (180 000 residentes) da Tunísia, a ação dos guerrilheiros locais, associada à diplomacia do Neo-Destour sob Habib Bourguiba (ala conservadora) assegurou o fim do protetorado (convenções de junho de 1955). No Marrocos, a situação parecia mais complexa e contou com o apoio da Liga Árabe, tendo no sultão um líder resoluto em prol da independência. Nos dois casos, a França tergiversou tentando manter fórmulas de compromisso tais como a da "independência na interdependência" e, em ambos os casos, acabou cedendo a independência completa. (Marrocos, em 1956; Tunísia, em 1957.) Na Argélia, a longa guerra de libertação nacional encerrada com os Acordos de Evian (1962) deixou profundas seqüelas; de um lado, o terrorismo inconformado de extrema-direita da OES (Organização do Exército Secreto, com militares franceses), de outro, a fuga súbita da Argélia de 800 000 do 1 000 000 de europeus (em maioria franceses), com repercussões imediatas na economia de um país que começava a enfrentar as duras tarefas de reconstruir uma nação. Coube a Ben Bella, novo líder carismático, socialista e belo, o cargo de primeiro-ministro (setembro de 1962) e de presidente da República, em 1963. Apesar de seu prestígio popular, acabou sendo deposto pela oposição militar, e foi substituído por Houari Boumedienne, em 1965.

Tratava-se para a Argélia de erguer um país em ruínas através de uma política de desenvolvimento econômico e social, com poderes concentrados no exército e um regime político que dificilmente poderia

ser chamado de democrático pelos padrões ocidentais. Sua população cresce em torno de 3,4% ao ano, o que impõe tarefas gigantescas no plano da industrialização, da educação e da produção de alimentos. O principal trunfo reside nos seus recursos em petróleo e carboidratos. País austero e competente na condução dos negócios de Estado, tem-se distinguido por sua diplomacia eficiente, gozando de prestígio tanto nos países do Terceiro Mundo quanto junto às grandes potências, quer socialistas, quer capitalistas.

No tocante à questão agrária, surgiram soluções importantes, face à grave herança colonial. A Argélia, como República democrática e popular (denominação oficial), escolheu o caminho do "socialismo revolucionário", implantando a reforma agrária. A saída maciça dos estrangeiros facilitou a transferência do direito de propriedade. Na Tunísia, a lei de 12 de maio de 1964 decretou a nacionalização das terras estrangeiras; no Marrocos, por etapas sucessivas, tratou-se de incentivar a colonização de terras com loteamentos individuais organizados em comunidades. A experiência argelina, no entanto, parece mais original, através de duas formas sucessivas de socialização: a) a autogestão; b) a revolução agrária pela qual a "desprivatização da produção marcha par a par com uma reorganização do espaço agrícola no quadro da comuna" (Jean Le Coz, *op. cit.*, p. 220). Apesar de tratar-se de uma experiência recente, os resultados sociais são positivos. Mas sobre eles pesam também severas críticas, sobretudo no referente ao crescimento de uma classe de burocratas

que tende a paralisar as intenções construtivas e anular os efeitos da "revolução agrária".

A Líbia

Com cerca de 1 800 000 km² e 2 milhões de habitantes, engloba três províncias (Tripolitânia; Cirenaica e Fezzan), constituindo, até 1969, o Reino Unido da Líbia. Noventa por cento de suas terras são desertas e povoadas por tribos nômades. Após a Segunda Guerra Mundial (durante a qual se desenrolou a chamada campanha da Líbia), o país ficou sob administração franco-britânica até 1949, quando recebeu da ONU o direito de acesso à independência. Em 1951, assumiu o governo o ex-emir Mohamed Idris (herói da resistência nacional) com o título de rei (Idris Al-Senoussi) que foi deposto por um golpe militar chefiado pelo coronel M'Aammar Kaddafi. Nessa data (setembro, 1969) instaurava-se a República Árabe da Líbia, também intitulando-se socialista. Dez anos antes, com a espetacular descoberta do petróleo, o até então mais pobre país da região tornou-se o mais rico do Maghreb, com reservas de fácil exploração, superiores a quatro bilhões de toneladas. Em dez anos apenas, a renda *per capita* anual saltou de 40 para 2 800 dólares. O coronel Kaddafi, muçulmano, convicto da sua ortodoxia religiosa, impregnado dos ideais pan-árabes, antiocidental, retoricamente socialista, representa, sem dúvida, uma das personalidades mais controvertidas não só do

mundo árabe mas do cenário internacional. Adepto fervoroso de Nasser, mostrou-se, posteriormente, infenso à política de Sadate. Rica, bem armada e governada carismaticamente, é inegável que a Líbia de Kaddafi constitui uma ameaça e um desafio à política das potências do Ocidente.

CONCLUSÃO: ONTEM E HOJE

Uma visão sintética dos problemas com os quais defrontam os países do Oriente Médio é tarefa extremamente difícil. Tratar-se-ia de perceber a extrema diversidade étnica e cultural de povos que se constituíram ao longo de milênios e forjaram sua História de pastores, camponeses, artesãos e comerciantes, através de lutas insanas, entrecortadas por grandes movimentos demográficos, por explosões místicas que construíram e derrubaram impérios e de que resultaram modos de vida, mentalidades e civilizações ricas e complexas. Seria enganoso pensar que fenômenos como o militarismo modernizante dos atuais Estados árabes ou o "socialismo islâmico" de um Kaddafi poderiam ser explicados através de um modelo qualquer tão do gosto da moderna ciência política. Como nos lembra Marc Bloch (*Seigneurie Française et Manoir Anglais*, Paris, Armand Colin, 1960 pp. 11-12), "não há maior erro na história do que confundir o importante ou o atuante com o recente", pois "as sociedades humanas são pessoas muito velhas que sofrem ainda profundamente a ação dos hábitos contraídos na sua infância". Daí a necessidade para o historiador de empreender a longa viagem através dos tempos, mas não sem antes "fazer e refazer em pensamento um simples deslocamento no espaço e num mundo muito atual".

Um dos fatores fundamentais que moveram as sociedades árabes na sua história mais recente, face às transformações que se operavam no mundo da revolução industrial, do capitalismo e do socialismo, foi o desejo, expresso coletivamente, de recuperar a dignidade e, portanto, a identidade definida no plano internacional, de modo a superar os séculos de frustração e de dominação estrangeira. O nacionalismo, mais do que uma ideologia burguesa, importada do solo europeu pelo capitalismo emergente do século XIX, foi a grande ideologia mobilizadora — ora pan-islâmica, ora pan-árabe, ora "faraônica" como no caso egípcio — que arregimentou burgueses, intelectuais, beduínos e felás, contra o dominador estrangeiro, quer turco, quer europeu. Uma das grandes tragédias do nosso século residiu no fato de ele se ter desenvolvido paralelamente a outro nacionalismo — o sionismo —, ao mesmo tempo em que este ganhava corpo, força e poder de expansão. O nacionalismo judeu — também legítimo nas suas raízes sociais e humanitárias — por várias injunções internacionais, apresentava-se como algo imposto de fora, sujeito, sobretudo da política de Harry Truman em diante, às exigências da política americana e de seus conflitos com a União Soviética. Nessas condições, o Estado de Israel, visto no confuso quadro político local e na perspectiva das esquerdas do Terceiro Mundo como "uma ponta de lança do imperialismo" no Oriente árabe, tendo de enfrentar uma luta de vida e de morte por sua própria implantação e sobrevivência, entregue cada vez mais a grupos internos reacionários e militaristas, xenófobo e antiárabe pela natureza do Estado confessional, perdeu a grande oportunidade histórica de erguer na região uma sociedade moderna, avançada e livre, social, econômica e politicamente, capaz de abrir o caminho para um amplo movimento de transformação, não apenas na Palestina, mas no conjunto do Oriente Médio. É possível também que a presença dos judeus, com sua extraordinária superioridade técnica e científica, com sua longa vivência histórica, tenha sido o sinal de alerta para os poderosos locais, retrógrados e

insensíveis à miséria de seu próprio campesinato, constituindo-se, assim, num "mau exemplo" e, portanto, numa ameaça a ser descartada. Esse terrível desencanto histórico — entre árabes e judeus —, reforçando racísmos e desígnios bíblicos, é uma das características mais sombrias da irracionalidade dos nacionalismos do mundo atual. O martírio dos palestinos aí está como prova.

Outros aspectos da "questão árabe" mereceriam destaque nestas páginas de conclusão. Entre eles, o extraordinário fato representado pelo petróleo. Se há trinta anos, os árabes se situavam entre os povos mais pobres da face da Terra, hoje uma grande parte pertence a um grupo de países que se distinguem dos demais por possuírem a renda *per capita* mais elevada do mundo. Se considerarmos pelos critérios econômicos que a marca de 1.500 dólares (por habitante e por ano) separa países ricos dos países pobres, verifica-se que quatro países, dotados de estruturas sociais e econômicas nitidamente pré-industriais, ultrapassaram de muito aquele limite: o Kuwait com mais de 11.000 dólares, a Líbia com 5.200 dólares, a Arábia Saudita com 3.200 dólares e o Irã (fora dos países árabes) com 1.500 dólares (a relação não inclui os emirados do Golfo Pérsico). Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio contribuía com 5% da produção mundial de petróleo que era, então, de 300 milhões de toneladas. Em 1974 (ano recordista de produção), o Oriente Médio já produzia 38% do total de três bilhões de toneladas. Por outro lado, os estados produtores adquiriram um grande poder de barganha no tocante à fixação dos preços, introduzindo, dessa forma, um elemento de pressão sobre as economias dos países ocidentais, com graves efeitos sobre o sistema financeiro internacional. Várias perguntas se poderiam fazer: que benefícios advêm para as populações locais desse fantástico fluxo de riquezas? Que transformações sociais poderão ocorrer no dia em que os "nacionalismos" locais se voltarem contra seus líderes carismáticos e teocráticos, exigindo a concretização de reformas que a retórica "socialista" encobre?

Uma segunda questão diria respeito à sobrevivência das minorias religiosas e étnicas, no Líbano, na Síria, no Iraque, no Maghreb. Restaria saber se na busca de uma identidade nacional, os regionalismos serão superados e o caráter "religioso" das instituições políticas deixarão de ser o "ópio" das massas. Os Estados árabes, como os do mundo muçulmano em geral, viveram a descolonização, rejeitaram a dominação direta dos imperialismos mas se viram entre duas ideologias conflitantes — o capitalismo e o socialismo —, na realidade, entre dois sistemas sócio-econômicos que se identificam pela concepção tecnicista da sociedade, mas que se distanciam quanto à gestão dos recursos e à repartição dos benefícios, ambas, porém, extremamente renovadoras e revolucionárias no Islã tradicional. Nessas condições, não deixa de ser pueril tentar definir os sistemas que aí são gerados: capitalista, socialista, fascista, autoritário, despótico, autocrático e assim por diante. Na realidade, rótulos e chavões nada esclarecem. Quaisquer que eles sejam, refletem lutas, combates, mudanças em curso. Concluindo com as palavras de um grande orientalista, Maxime Rodinson (*Islam et Capitalisme*, Paris, Ed. du Seuil, 1966, p. 242): "Como quer que seja, com ou sem Islã, com ou sem tendência progressista do Islã, o futuro do mundo islâmico é a longo prazo um futuro de lutas. Na terra, as lutas se desencadeiam e se desenrolam por objetivos terrestres, mas sob o estandarte das idéias. A idéia que se apossou da Europa e, depois, do mundo nos últimos dois séculos é a de que a feli-